

**DESPACHO**

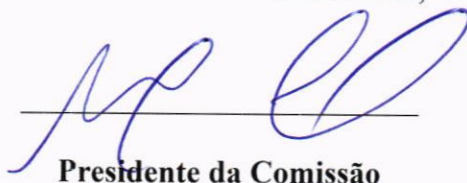
TIPO / Nº: PLE 20/2021

Designo para exercer a função de Relator (a) da matéria o (a) Vereador (a):

Giovani Moraes

Já fica deferido o prazo do Art. 42 § 1º, do Regimento Interno.

Rio Grande, 13 de ABRIL de 2021.



Presidente da Comissão

**DESPACHO**

Ciente em \_\_/\_\_/\_\_

- ☒ Enviar ao Consultor Jurídico para Parecer quanto: Constitucionalidade, Juridicidade, Técnica Legislativa e pesquisa de legislação já existente sobre a matéria.
- ☐ Requer parecer técnico dos prestadores de serviço jurídicos: IGAM e DPM
- ☐ Não enviar ao Consultor Jurídico.

Rio Grande, 19 de ABRIL de 2021.



Relator



## CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

### **PARECER JURÍDICO**

#### **I – RELATÓRIO**

---

Trata-se de PLE (nº 20/2021), o qual visa instituir *“disposições acerca de boas práticas na comercialização de produtos de origem animal em atividades sujeitas à vigilância sanitária.”*

#### **II – PARECER**

---

De forma sucinta, percebe-se que o presente PLE dispõe sobre matéria de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Observa-se que o artigo 1º da Lei Federal nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, prevê:

*Art. 1º A prévia inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal, de que trata a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, é da competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos termos do art. 23, inciso II, da Constituição.*

Os citados dispositivos constitucionais - artigo 23, incisos II, VI e VII - disciplinam:

*Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:*

*II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência*

*VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;*

*VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;*

Nesta linha, delineada a questão da competência acima exposta, percebe-se que o Município detém o poder de polícia necessário à fiscalização sanitária de espaços (tanto públicos quanto privados) a fim de impor que estes se mostrem devidamente higienizados e com práticas condizentes do que se espera em benefício da coletividade, podendo/devendo inclusive aplicar sanções.



## CÂMARA MUNICIPAL DO RIO GRANDE


Logo, o Município está apenas a normatizar – internamente - o regramento já estabelecido a nível nacional e/ou estadual.

### III – PARECER

---

Nestes termos, opina-se pela regular tramitação do projeto de lei em comento.

Rio Grande, 19 de abril de 2021

  
Lucas Fernandes Pompeu  
OAB/RS 70.441

  
Roger Martins da Rosa  
OAB/RS 65.589

## DESPACHO

TIPO/Nº: PLE 20/2021

Na condição de Relator (a):

- ☒ O presente projeto atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é adequado a Técnica Legislativa.
- ( ) O presente projeto NÃO atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é inadequado a Técnica Legislativa.
- ( ) Voto em separado

Rio Grande, 20 de Abril de 2021.



Relator (a)





**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**

PROTOCOLO Nº: 3619/2021

TIPO/Nº: PLE 20/2021

AUTOR: Executivo Municipal

Colocado o Processo em votação na CCJ, votou cada membro:

<p><b>Vereador Júlio César Pereira da Silva</b></p> <p>( ) Constitucional ( ) Inconstitucional ( ) Antijurídico ( ) Antiregimental ( ) Inadequado a Técnica Legislativa ( ) Abstenção</p> <p>_____ <b>Presidente</b></p>	<p><b>Vereador Paulo Roldão</b></p> <p>(X) Constitucional ( ) Inconstitucional ( ) Antijurídico ( ) Antiregimental ( ) Inadequado a Técnica Legislativa ( ) Abstenção</p> <p>_____ <b>Vice - Presidente</b></p>
<p><b>Vereador Giovani Moralles</b></p> <p>(X) Constitucional (X) Inconstitucional ( ) Antijurídico ( ) Antiregimental ( ) Inadequado a Técnica Legislativa ( ) Abstenção</p> <p>_____ <b>Secretário</b></p>	<p><b>Vereador Vavá</b></p> <p>(X) Constitucional ( ) Inconstitucional ( ) Antijurídico ( ) Antiregimental ( ) Inadequado a Técnica Legislativa ( ) Abstenção</p> <p>_____ <b>Membro</b></p>

**Vereadora Denise Marques**

( ) Constitucional  
( ) Inconstitucional  
( ) Antijurídico  
( ) Antiregimental  
( ) Inadequado a Técnica Legislativa  
( ) Abstenção

\_\_\_\_\_  
**Membro**

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

- ( ) Constitucionalidade  
( ) Inconstitucionalidade  
( ) Antijuridicidade  
( ) Antiregimentalidade  
( ) Inadequação a Técnica Legislativa

Câmara Municipal, Rio Grande, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2021.

\_\_\_\_\_  
**Presidente**